



Recebido em: 30/07/2017

Aceito em: 02/12/2017

Por uma reescrita a da história da 'África'

For a rewrite of the history of 'Africa'

Mariana Gino¹

PPGHC-UFRJ

<http://lattes.cnpq.br/8844935268108668>

Resumo: O presente texto tem por objetivo fazer uma brevíssima é analisar sobre a construção da Historiografia da 'África Negra' e suas vicissitudes políticas em face aos processos de descolonização e, as construções sobre de África fora do continente junto com pesquisadores, estudantes de graduação e pós-graduação que realizam trabalhos sobre o tema.

Palavras Chaves: Reescrita da história africana - África Negra

Abstract: The present text aims to make a very brief analysis of the construction of the Historiography of Black Africa and its political vicissitudes in the face of the processes of decolonization and the constructions about Africa outside the continent together with researchers, undergraduates and graduate courses that carry out work on the subject.

Key Words: Rewriting African History - Black Africa

¹ Teóloga (CES/JF), Historiadora (UFRJ), Esp. Em Ciência da Religião, Mestranda em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Membro da Associação de Pesquisadores Negros (ABPN), Coordenadora da Coordenadoria de Religiões Tradicionais Africanas, Afro-brasileira, Racismo e Intolerância Religiosa (ERARIR/LHER/UFRJ); Membro dos grupos de pesquisas ÁFRIKAS (UFJF) e Religião de Modernidade (PUC-MINAS). Pesquisadora no Laboratório de História das Experiência Religiosa (LHER/UFRJ).

“A escrita é uma coisa, e o saber, outra. A escrita é a fotografia do saber, mas não o saber em si. O saber é uma luz que existe no homem. A herança de tudo aquilo que nossos ancestrais vieram a conhecer e que se encontra latente em tudo o que nos transmitiram, assim como o baobá já existe em potencial em sua semente”. Tierno Bokar. In _ Bâ, Amadou Hampatê. O menino Fula, 2013.

A inversão da História: reescrita negra

Hoje, é do entendimento comum o fato de que durante um bom tempo a historiografia do continente africano foi dominada por grandes interpretações “simplistas e reducionistas da complexidade efetiva que oferece” (LOPES, 1995: 21) com base nos documentos oficiais produzidos, em grande parte, pelos governos colonizadores, às sombras e obscuridades que cercam o passado desse continente constituem um desafio apaixonante para a curiosidade (KI-ZERBO, 2010). Não seria, talvez, audacioso tentar romper com essas interpretações verticais a fim de propor outra horizontal, que possa de alguma forma suscitar os trabalhos dos historiadores negros africanos que propuseram uma reescrita da História do continente africano a partir de suas experiências, regionais e culturais, como sujeitos históricos.

Por essas e outras razões suscitadas vamos no limitar a uma apresentação crítica dos cenários e argumentos da geração dos historiadores africanos a partir da década de 1960, sempre em processos de diálogos com as décadas anterior e posteriores, que estigmatizaram as reconstruções de história do continente africano sem as influências e perspectivas eurocêntricas ocidentais. A África negra, assim como o “Oriente era quase uma invenção europeia, e fora deste a Antiguidade um lugar de romance, de seres exóticos de memórias e paisagens nocivas de experiências notáveis” (SAID,1990:13).

Ao proporem uma nova abordagem que pudesse desmistificar e desconstruir a nociva invenção europeia sobre a história da África negra, essa nova corrente de historiadores africanos², denominada pelo historiador Carlos Lopes de ‘ Pirâmide Invertida’, sobre o mote do Africanismo, esteve à frente não só de seus projetos de história local, na tentativa de não insurgirem o perigo de uma história única e vertical, mas também do Projeto da Coleção História Geral da África, patrocinado pela UNESCO na década de 1960.

Para tal acometida, o filósofo congolês, Valentin-Yves Mudimbe (1988) enfatiza que desde a sua criação o Africanismo tem vindo a produzir, incessantemente, os seus próprios motivos assim, também, como objetivos e fundamentos, tem vindo a comentar a própria existência, promovendo

² Nova no sentido de propostas e perspectivas metodológicas e epistemológicas

sistematicamente uma gnose. Transversalmente, “essas gnosés acabam por insurgir tanto discursos africanos sobre alteridades como ideologias de alteridades, cuja negritude, personalidades negras da filosofia africana podem ser considerados como os melhores concebidos na história intelectual da África contemporânea” (MUDIMBE, 1988:12).

O mote Africanismos, longe de ser um revanchismo histórico africano contra as produções europeias ocidentais, torna-se uma das bandeiras de luta e resistência que, em prol de historicidade descolonizadora, atravessaram as fronteiras geográficas do continente e ecoam sobre as comunidades afrodescendentes principalmente no continente americano.

Nas palavras de Ki-Zerbo (2010)³,

Não se trata aqui de construir uma história-revanche, que relançaria a história colonialista como um bumerangue contra seus autores, mas de mudar a perspectiva e ressuscitar imagens “esquecidas” ou perdidas. Torna-se necessário retornar à ciência, a fim de que seja possível criar em todos uma consciência autêntica. É preciso reconstruir o cenário verdadeiro. É tempo de modificar o discurso.

E, reconstruir esse ‘cenário verdadeiro’, significou, via de regra, dar visibilidade às perspectivas da história do continente africano a partir das experiências dos seus indivíduos, visto que a história é a memória dos povos (KI-ZERBO, 2010), algo que em princípios da década de 1950 já vinha sendo sinalizado como uma nova possibilidades de se pensar a história, uma epistemologia que pudesse evidenciar as experiências históricas das ‘gente comum’ (HOBBSAWN, 2013) em face aos processos de descolonizações e transformações sociais, políticas e econômicas. Algo que passou a ser reivindicado não só pelos historiadores e intelectuais africanos (dentro das africanidades), mas também pelos historiadores e intelectuais asiáticos (dentro do orientalismo, entre outros). A intensão era fazer-se refletir que tanto a proposta sobre as africanidades como a proposta sobre o orientalismo “não eram meros temas políticos de estudos ou de campo passivamente pela cultura, pela erudição e pelas instituições; nem eram uma ampla e difusa coleção de textos sobre a África Negra ou sobre o Oriente; nem eram representativos ou expressivos de algum nefando complô imperialista contra o ‘ocidental’” (SAID, 1990:24).

Deste modo, para as construções e interpretações das africanidades o alicerce para tal empreitada era colocar em questão as perspectivas dos próprios africanos, e também para que pudessem ler, desafiar e propor um projeto de -se a

³ Considerado como o pai da historiografia africana em descolonização, Joseph Ki-Zerbo, de Burkina Faso, foi um dos pais da historiografia africana moderna. Ele foi um dos responsáveis pela arquitetura a publicação dos oito volumes da História Geral da África.

reescrever estes discursos como forma de explicar e definir as suas culturas, as suas histórias e suas existências (MUDIMBE, 1988:12).

Sobre essas possíveis epistemologias Lopes (1995: 21) salienta que,

Desde de sua gênese, o Africanismo estabeleceu os parâmetros dos seus motivos e objetivos. Ao fazê-lo, promove igualmente uma gnose acabando por se confundir com o discursos Africano sobre o outrem através de ideologias de alteridades com a negritude, personalidade negra, filosofia Africana e outras, todas com uma influência determinante no evoluir da história Africana.

Dentre essa perspectiva africanista, que passou a privilegiar os fatores internos ao continente sobre uma visão marcadamente contemporânea e tendencialmente pós-europeia contrapondo os fatores externos da história africana, a História oral e a oralidade passaram a ser uma das questões mais explicativa e elucidativa para uma possível compreensão externa para a singularidade dos desenvolvimentos históricos da África Negra. Uma história que rompe com o silêncio do esquecimento “construída em cima do aprendizado da tradição oral transmitida de geração em geração” (BARRY, 2000; KI-ZERBO, 2000:) e que passou a ser nos últimos anos aprofundada pelos historiadores modernos, que durante muito tempo aprenderam nas universidades a escrever a história com base no confronto dos documentos escritos com os documentos orais, para legitimar a tradição escrita sobre a tradição oral.

Para o historiador senegalês, Boubcar Barry⁴ (2000: 12);

Mas nós temos hoje a sensação de que esses historiadores privilegiaram as fontes escritas, cujas informações foram simplesmente corrigidas ou confirmadas pelas tradições orais. Os historiadores, na maior parte dos casos, não analisaram suficientemente a lógica interna dessas fontes orais elas próprias como um outro discurso histórico que teria sido transmitido com o objetivo bastante preciso de contar a História.

O discurso de poder produzido pelos historiadores europeus, sobre possível falta de produto material⁵ histórico da África Negra, lhes conferem confiabilidade e legitimidade dentro e fora dos espaços acadêmicos, sobretudo ao que diz respeito aos métodos e as fontes. Assim como construções das histórias dos movimentos

⁴ Boubacar Barry, foi um dos grandes historiadores africanos da segunda geração da Escola de Dacar (Senegal), junto com outros historiadores de Adijan, Camaraões e, principalmente, do Zairw, criou a primeira Associação Panafricana de Historiadores (1972). O objetivo da Associação era promover as descolonizações intelectuais acadêmicas sobre a História da África, tendo como pano de fundo a “tomada de consciência nacional para realização da unidade africana”, tal como propunha os historiadores, africanos, como Mohamed Sahli e Ki-Zerbo. Suas primeiras discussões apareceram na revista Afrika Zamani (1975).

⁵ Aqui identificado como todas as produções, escrito tal como as formas europeias, sobre um suporte físico.

populares, a construção História da África Negra era um grande desafio para a geração de historiadores da década 1960, centrada na ideia de contrapor boa parte da história do passado europeu sobre o continente que eram escritas a partir dos documentos oficiais produzidos pelos governos coloniais – a história das principais decisões e acontecimentos políticos europeus em África.

Podemos considerar que o alvorecer para essas possibilidades de reinterpretções africanas, começou a florescer em outros países apenas após a Segunda Guerra Mundial. De fato, seu avanço real apenas começou na metade dos anos 1950, quando foi possível ao marxismo fazer sua contribuição plena ao mesmo. Entretanto, foi a partir dos movimentos de massa do século XVIII, “foi a tradição francesa da historiografia como um todo, embebida não na história da classe dominante francesa, mas do povo francês, que estabeleceu a maioria dos temas e até dos métodos da história dos movimentos populares, tanto Marc Bloc quanto Geroges Lefebre” (HOBBSAWN, 2013: 283). As perspectivas para uma nova história da África, com base nas fontes orais, descodificaram e reestruturaram as técnicas de pesquisa em história, mesmo diante dos problemas que as fontes pudessem suscitar, como lacunas e grandes espaços temporais,

Para historiador egípcio Eric Hobsbawm (2013: 284),

Todo tipo de história tem seus problemas técnicos, mas a maioria deles supões que haja um conjunto de fontes prontas cuja interpretação levanta tais problemas. A disciplina clássica da erudição histórica, conforme desenvolvida no século XIX por professores alemães e outros, fazia essa suposição, que, por acaso, adequava-se muito convenientemente á moda em vigor do positivismo científico.

De tal modo, a história da África Negra difere tais objetos, de fato, da maioria da história tradicional, na medida em que simplesmente não há um corpo de material totalmente acabado (escrito) ao seu respeito pronto para ser explorado. Assim é possível compreender que muitas histórias sobre a África Negra não produziram resultados imediatos, pois requerem um processamento mais elaborado, delongado e dispendioso.

Hobsbawm (2013), acentua que existe certos tipos de material produzidos pela gente comum, que não suscitaram ainda suficientes reflexões metodológicas. Sobre essa assertiva, os historiadores africanos puderam concluir que a história oral, em África, seria um bom exemplo para suas investigações sobre as produções relacionadas às histórias e historicidades da África Negra.

Enfatiza o Hosbsbawm (2013: 286),

Graças ao gravador, atualmente ela é bastante praticada. E muitas memórias gravadas parecem suficientemente interessantes ou

dispões de suficiente apelo sentimental ora serem recompensadoras por si mesma. Mas, em minha opinião, jamais faremos uso adequado da história ora até que formulemos o que pode funcionar mal na memória, com o mesmo cuidado com que hoje sabemos o que pode não dar certo na transmissão de manuscritos por meio de cópias manuais.

O pioneirismo desse método é atribuído por Hobsbawm (2013) a antropólogos e historiadores africanos, que a partir de demandas epistemologias regionais e internas começaram a se preocupar com a transmissão internacional de suas histórias por meio da palavra falada. Assim, talvez, seria “possível sabermos por exemplo, por quantas gerações se podem transmitir certos tipos de informações com maior ou menor precisão (as genealogias, por exemplo) e que a transmissão de eventos históricos sempre tende a levar ao encurtamento cronológico” (HOBSBAWN, 2013: 285).

A metodologia da história oral em África, que começava a se desenrolar, não estava preocupada em meramente checar a confiabilidades das reminiscências dos mais velhos. O importante, ressaltado, seria aquilo que gente comum, negra africana, se lembrava dos grandes acontecimentos durante os períodos colonial e pós-colonial, sem contraste com aquilo que seus superiores achavam que deveria ser lembrado, ou com o que os historiadores ‘oficiais’ conseguem definir com tendo acontecido; e na medida em que convertem a memória em mito, como tais são formados (HOBSBAWN, 2013). Visto que “os historiadores, na maior parte dos casos, não analisaram suficientemente a lógica interna dessas fontes orais, elas próprias como um outro discurso histórico que teria sido transmitido com o objetivo bastante preciso de contar a História” (BARRY, 200:5-6)

E, é sobre esses aspectos da história oral, como um divisor de águas na historicidade da África Negra que a figura dos griôs, em algumas regiões da África Nega, passou a ser suscitada como o depositário mnemônico das histórias da África ao sul do Saara. O griôt não emerge na história da África Negra como um suporte físico para as pontes históricas africanas produzidas pelos africanos, mas sim um possível testemunho. O seu papel era/é como o de um guardião das tradições orais nas sociedades.

Barry (2000), enfatiza sobre as palavras de Cheikh Hamidou Kane, que para o griôt:

O silêncio é a sua prova. Para exprimir a raça sem escrita, eles cavaram, e até pilaram o silêncio, que permaneceu intacto, prendendo-os nas muralhas de sua massa obscura. No silêncio cavaram grutas de ritmos, relâmpagos luminosos de guitarra, profundos vales de lendas. Durante milênios, antes que o fio da escrita internamente e por todos os lados costurasse o mundo negro a si mesmo, os griôs, por meio da voz e dos instrumentos

que imaginaram, foram os demiurgos que construíram esse mundo, e suas únicas testemunhas. Eles o exaltaram, encheram de dignidade, de peso, dizem, o elevaram acima de si, suspenso nos campos de batalha, preservado na glória e na tradição. Essa obra, a concluíram contra o silêncio e o esquecimento, contra o tempo destruidor. Essa obra, a concluíram contra o silêncio e o esquecimento, contra o tempo destruidor. Também Farba Mâsi Seck, griôt dos Diollobe do Fuuta Toro conhecia a força do silêncio.

De tal modo, a figura do griôt aparece sobre uma dupla função em relação à reescrita da história da África Negra: por um lado ele rompe com silêncio do esquecimento e por outro exalta a glória da tradição da África Negra. História essa construída em cima do aprendizado da tradição oral transmitida de geração em geração, de boca ao ouvido e, que “foi nos últimos anos aprofundada pelos historiadores modernos que aprenderam nas universidades a escrever a história com base no confronto dos documentos escritos com os documentos orais questão descritos pelos historiadores não africanos” (BARRY, 2000: 5).

Apesar da pretensa sensação de que esses historiadores privilegiaram as fontes escritas, cujas informações foram simplesmente corrigidas ou confirmadas pelas tradições orais. a empreitada em busca de uma reescrita da história da África Negra, escrita por historiadores africanos, ganhou vultos e contornos imagináveis proporcionando não um revanchismo histórico entre as contribuições das sociedades na construção da História Mundial, mas uma busca por reconhecimento sobre essa participação. Um sair da noite e das sombras das histórias esquecidas e não evidenciadas, pelos historiadores europeus, sobre as regiões negras africanas subsaarianas.

Contudo, a evolução da história da África Negra, ao longo dos anos, vem mostrando exatamente o quão dramático foi nossa compreensão no interior de uma estrutura herdada da história como conhecimento positivo e seletivo e, o quão desafiador é promover novas possibilidades no modo de fazer e pensar História fora do eixo dominador e dominado, que possibilitou a formulação de ‘bens’ simbólicos interpretativos sob um prisma vertical das relações sócias. Em que fosse possível às camadas, ditas, inferiores ser entendidas e compreendidas a partir dos pequenos rastros que comem do chão dos seus dominadores.

A África, negras, também têm História

Durante um bom tempo, a História do continente africano foi apenas conhecida no Ocidente europeu por meio do paradigma que Hegel, filósofo alemão humanista do século XVIII, descreveu como a inexistência do fato histórico antes da colonização europeia no continente, tendo os africanos permanecidos em estado

de barbaria, selvageria e infantilidade até o 'encontro' com os colonizadores europeus.

Assim, Hegel (1953: 187) salienta que,

No tiene interés histórico próprio, sino el que los hombres vivea ali em la barbaria e el salvajismo, sin, suministrar ningún ingrediente a la civilización. Pot micho que retrocedamos em la historia, hallaremos que Africa estpa siempre cerrada ao contacto co ekresto del mundo; es um Eldorado recigido en si misimi, es el pais niño envuelto em la negrura de la noche, allende la luz de la historia conscuente.

Na obra, *Lecciones sobre la Filosofia da Historia Universal*, ao fazer a comparação entre a evolução histórica das sociedades europeia em face às africanas, Hegel dividiu e qualificou a África, em três partes distintas, a setentrional espanhola, o Egito e a África meridional, ou 'propriamente dita', aquela que fica ao sul do deserto do Saara descrita como quase desconhecida. Na interpretação hegeliana, a África subsaariana, ou África Negra⁶, é em si exótica. Primitiva, dominada pelo caos geográfico e impenetrável, o que a faz sem autonomia para construir suas próprias histórias, por viver seus habitantes em estado de completa selvageria. Segundo o mesmo esteio de Hegel, Kant, em sua obra *Geografia Física (1802)*, refere-se aos africanos ao sul do Saara como 'homens que cheiravam mal e tem a pele negra por maldição divina.

Como bem sabemos, os filósofos alemães são produtos de seus tempos históricos e, tanto a visão hegeliana como as visões kantianas estavam impregnadas também, sobre um alicerce religioso de interpretação vertical sobre as relações sociais e históricas. Além desses autores, muitos outros filósofos europeus dos séculos XVII e XVIII foram responsáveis pelo engrandecimento do ideal de supremacia e dominação europeia, sendo que essas ideias influenciaram extraordinariamente os dogmas impressos para a sociedade ocidental moderna. Para o historiador Carlos Lopez (1995: 22) as raízes da inferioridades africanas são muito mais profundas, " elas inseriram-se nas bulas papais *Dum Diversas*, de 1452 e *Romanus Potifex*, de 1455, que deram o direito às monarquias europeias,

⁶ Rebatendo as interpretações fracionadas sobre o continente e, que em grande medida tende à não positivar as culturas e histórias das sociedades abaixo do Saara, Elikia M' Bokolo em sua obra *África Negra: História e Civilizações* (2011: 13) problematiza que a noção de África Negra que, outrora era vista como um espaço dissociável geograficamente do continente. Para Bokolo, "obras consagradas a África Negra fracionam a matéria histórica em grande períodos, distinguindo no interior deles grandes conjuntos geográficos, onde se articulam, ou até, considerações sobre as unidades políticas – étnicas, Estados tradicionais e contemporâneo – ou sobre, correndo o risco de dar a África a imagem de um continente fragmentado cuja singularidade assentaria precisamente na junção harmoniosa ou explosiva de particularidades ou particularismo. BOKILO, Elikia. *África Negra: História e Civilizações*. Salvador: EDUFB; São Paulo: Casa das áfricas, 2011.

sobretudo a portuguesa, de despojar e escravizar eternamente os chamados “maometanos”, pagãos e povos pretos em geral”, em especial a *Dum Diversas* que prevê claramente o direito de invadir, conquistar, expulsar e dar luta aos infiéis e inimigos de Cristo, onde quer que eles fossem encontrados. Influenciado pelo seu tempo, Hegel (1953: 190), escreve que:

El negro representa o homem natural en toda subbarbarie e violencia; para comprenderlo devemos olvidar todas las representaciones europeas. Debemos olvidar a Dios y la ley mora. Para comprenderlo exatamente, devemos hacer abstracción de todo resto y moralidade, de todo sentimiento. Todos esto está de más en el hombre inmediato, en cuyo caracter nada se encuentra que suene a humanidad (...) Así pues, en Africa encontramos eso que se ha llamado estado de inocencia de unidad del homem con Dios y la naturaleza. Es este el estado de la inocencia de sí. Pero el espiritu no debe permanecer en tal punto, en este estado primero. Esse estado natural primero es el estado animal.

Decorre daí, entre tantas outras, intervenção divina de que as terras não cristianizadas eram terras de ninguém. Entretanto, longe de fazer uma defesa dos homens em seus tempos e de um anacronismo imediato, precisamos compreender que esses paradigmas baseados numa assimetria racial e associados aos processos de dominação e colonização europeia mostraram a sua força não somente no último quarto do século XIX, dados os processos de partilha e colonização do continente africano ao sul do Saara, mas também confirmaram um dos intensos processos de marginalização, racismos e preconceitos ligado ao continente africano no que concerne, principalmente, à sua inserção na economia- mundo (LOPES 1995).

E mesmo que pareçam ultrapassadas, estas interpretações continuam a fazer parte do imaginário coletivo ocidental. Em 1963, o célebre professor de Oxford, Sir Hugh Trevor-Hoper, “afirmou não haver uma história da África Subsaariana, mas tão-somente a história dos europeus no continente, porque o resto era escuridão, e a escuridão não é matéria da história” (Apud SILVA, 2003:161). Trevor-Hoper apenas confirmava em sua sentença um pensamento não positivo em relação à história do continente africano, “O que pressupunha é que não se podia desenrolá-la como enredo. Isto não disse, mas certamente duvidava de que esse enredo pudesse se apartar do mito e tomar a forma com que, desde Heródoto, se escreve e se lê história. No entanto, era isso o que se fazia, e de algum tempo”. (SILVA, 2003:161).

Contudo, concomitante a esse período, foi a partir da década de 1960 em virtude dos movimentos de independências das colônias africanas, e pela construção de uma identidade descolonizada, começou-se um forte movimento de mudança nos métodos e abordagens que tinham como mote não positivar a homogeneidade das culturas africanas ao sul do Saara. Para Silva (2003:162), não podemos pensar que a redescoberta, ou descoberta, da história da África abaixo do Saara não dava, porém, a condição humana ao negro africano, condição essa que fora negada durante muito século.

Não se pense, porém, que a redescoberta de que a África Subsaariana tinha história, após um século XIX que quase negara ao negro a condição humana, seria feita só de fora, pelos europeus, do mesmo modo que, ao lhe desenhar os mapas, eles lhe haviam criado uma nova geografia política. Data de 1954, para ficar num só exemplo, a publicação em Londres do livro *African Glory: the Story of Vanished Negro Civilizations*, de J.C. de Graft-Johnson. Não por acaso era ele um intelectual da Costa do Ouro, o país que primeiro recuperou a independência e se deu a si próprio um novo nome, Gana, de intensa ressonância histórica. O melhor conhecimento do passado tornara-se indispensável à unidade, à segurança e à autoestima dos novos estados que tinham, com as exceções da Etiópia, de Ruanda e de Burundi, sido desenhados por circunstâncias do colonialismo e eram acoimados por isso de artificiais, como se não tivessem também surgido da volubilidade da política, das vicissitudes dos matrimônios e das alianças ou da imposição pela força, países como a França, o Reino Unido, a Espanha e a Itália. Na realidade, a história dos povos da África Subsaariana estava sendo escrita, pedaço a pedaço e pouco a pouco, havia muito.

As estruturas postas pelos intensos processos de colonização fortificadas, gradualmente, garantiram a construção narrativa da inferioridade das sociedades africanas, com base na assimetria da cor da pele. As estruturas coloniais dicotomizaram a sociedade africana em; sociedades tradicionais⁷ – tradicional não correlacionado como arcaico, mas como algo que conserva as 'essências' culturais das sociedades africanas– *versus* sociedades modernas, subsistências *versus* produtividade, segmentaríssimo *versus* centralismo. Um forte processo dualístico que passou ser usado como interpretação corrente das sociedades africanas. "É claro, a historiografia africana não escapa a esta lógica implacável da dualidade" (LOPES, 1995: 22).

Assim, história da África durante muito tempo foi umas espécies de capítulo de antropólogos e etnografia do continente africano, como substituta da História na África, sob a prerrogativa de que era preciso entender a sua problemática sobre o

⁷ Ou nas palavras do tradicionalista Amadou Hampaté Bâ (2010: 175) África tradicional, de uma ciência eminentemente prática que consiste em saber como entrar em relação apropriada com as forças que sustentam o mundo visível e que podem ser colocadas a serviço da vida.

âmbito da plurinterdisciplinaridade. Como se os métodos não fossem um princípio válido em qualquer circunstância de análise histórica e social de qualquer sociedade.

Os olhares sobre a África inundam-se de simbolismos nutridos pelo princípio da inferioridade, e o intenso desejo de civilizar o africano modelando-o ao que é considerado superior. Sobre essa questão estética Mudimbe (1989) ressaltou que a grande maioria dos pintores do século XVI e XVII, cada vez que retratavam negros sobre as suas telas, faziam-no escurecer apenas as fisionomias brancas, mascarando toda a estética negra ao sul do Saara

Essa forte corrente da inferioridade africana continuou a dominar uma larga parte da historiografia sobre a África feita por não africanos. Assim, seria preciso “esmorecer a argumentação sobre a Africanidade para permitir uma análise nova do papel de ciência como a História ou a Antropologia em África (HOUNTONDJI, 1981). E esse foi o ponto de partida para que Joseph Ki-Zerbo, assim com Boubou Hama, Boubacar Barry, B. Ogot, T. Obenda, Tmsimar Niane e Cheick Anta Diop, e outros, se lançasse na investida de reformar a historiografia do continente africano.

Sobre o a afirmação de que ‘A África também tem uma História’, a geração de 1960 – Pirâmide Invertida – inaugurada por Ki-Zerbo, colocou em xeque as interpretações simplistas e marginais sobre o continente, sobretudo ao que tange as regiões abaixo do Saara. Lopes (1995) salienta que a tentação, quase emocionante dessa geração, poderia ser justificada por sobrevalorizar o argumento do ‘também temos’ em vez de ‘apenas temos’ História.

A publicação da História da África Negra de Joseph Ki-Zerbo, publicada nos anos 1970 pela editora Hatier, traz em si umas das primeiras tentativas individuais africanas de escrever sobre toda a História africana subsaariana. O historiador inicia as suas análises históricas, sobre a África Negra, em tom sarcásticos sobre os desconhecimentos, apropriações e marcas deixadas pelos intensos processos de inferiorização do continente, Ki-Zerbo (1999: 9)

Não é preciso ser historiador para observar que não passar mês nenhum no mundo sem que seja publicado vários livros sobre a história da África. A valorização do passado deste continente é um sinal dos tempos. O motivo subjetivo é evidente, para os Africanos trata-se da procura de uma identidade por meio da reunião dos elementos diversos de uma memória coletiva. Esse ardor subjetivo tem, ele próprio, o seu funcionamento objetivo no acesso à independência de numerosos países africanos. Durante a colonização, a sua história não passa de mero apêndice, de acrescento à história do país colonizar(...). Quebrado que foi o parêntese colonial, estes países assemelham-se um pouco ao escravo liberto eu se põe à procura dos seus e quer saber a origem dos antepassados. Quer também transmitir aos filhos aquilo que encontrou. Daí a vontade de integrar a história africana nos

programas escolares. De resto, a África, saída da sombra para passar ao primeiro plano na cena internacional.

Assim, ao rebater interpretações fragmentadas como a de Couplant, que em seu manual *L' Histoire de l' Afrique Orientale*, escrevia (em 1928, é verdade) “ Até D. Livingstone pode-se dizer que a África propriamente dita não tivera história. A maior parte dos habitantes tinham permanecido, durante tempos imemoriais, mergulhados na barbárie. Tal fora ao que parece, o desígnio da natureza. Eles permaneciam no estamento, sem avança nem recuar” (KI-ZERBO apud COUPLANT, 1928). Ki-Zerbo procurou não só evidenciar as interpretações racistas e simplistas sobre a história da África, mas também ressaltar e desmistificar a ideia de passividade histórica dos povos africanos, e dos povos negros em particular.

Para Ki-Zerbo, fruto de um intenso processo de construções preconceituosas e desdenhosas, as linhas de fronteiras raciais assimétrica utilizadas para escrever a história da África só existiam na imaginação dos autores, não africanos, e servia para comparar e classificar as participações e contribuições na História Universal. Em tom aclamador, o historiador africano se volta para os historiadores europeus e diz,

Por favor, acabem com essa história de boticários ou veterinários, que muito se aparece com o pedigree dos cavalos de raça. Outros partem da ausência de revoluções fundamentais nas sociedades negras para daí tirarem conclusões racistas, quando um mínimo de conhecimento da evolução das sociedades humanas e, em particular, das pré-condições tecneconomicas de qualquer revolução os teria dissuadido de tais aberrações. Além do mais o argumento a *silentio* que leva a dizer que a África ficou imóvel desde há milênios não passa de um sofisma que denota a nossa ignorância cruel quanto às transformações que operaram de forma eloquente transformações africanas autônomas, verdadeiras mudanças de rumo efetuadas seja sob a influencias de mutações nas técnicas agrarias ou metalurgias, seja pelo poder criador de personalidades de relevo, como Mamary Culibaly, Anokye, Osei Tutu, Usman dan Fodio, Chaka, Harrism Samori etc.

Portanto, a proposta colocada pelo historiador burquinense⁸, anunciou um novo, possível, futuro para as construções das alteridades dentro do continente. Uma “reivindicação de identidade descoberta, para alguns reconhecida para outros, como os decanos da pirâmide invertida” (LOPES:1995:15). Em tom de exigência e reconhecimento de participação sobre as construções na História Mundial, Ki- Zerbo (1999:10) reaviva os pressupostos hegeliano, que de maneira incisiva contribuíram para a interiorização da história da África.

A posição mais radical e a este respeito é a que consiste em dizer que a história da África (Negra) não existe. No seu curso sobre a

⁸ Pessoa de nacionalidade em Burkina Faso.

Filósofa da História, em 1830, declarava Hegel: A África é uma parte do mundo. Não tem movimento, progressos a mostra, movimentos históricos próprios dela. Quer isto dizer que a sua parte setentrional pertence ao mundo europeu ou asiático. Aquilo que entendemos precisamente pela África é o espírito a-histórico, o espírito não desenvolvido, ainda envolto e condições de natural e que deve ser aqui apresentado apenas com limiar da história do mundo.

Em face a essas reivindicações, procurou-se não só evidenciar a história da África Negra como também o enegrecimento das regiões do continente que eram reconhecidas, historicamente, como regiões de civilizações em que a preponderância fenotípica dos africanos era majoritariamente branca. Assim, civilizações africanas, como o Egito, que foram içadas pelos filósofos historiadores europeus como regiões singulares à África Negra, foram recoladas geograficamente sobre o vácuo histórico que ocupava as fronteiras de sua existência

Outrossim, Cheikh Anta Diop, em seu livro "*Nations Nègres et Cultures*" (Nações Negras e Culturas), publicado em 1955, foi um dos primeiros a basear sua ação política no reconhecimento da História da África, que remonta às origens da civilização – uma vez que o Egito era negro. Seu objetivo era restaurar a autoconfiança dos africanos. A reconstrução da história africana "abriu a África para o conceito universal do Faraó e o argumento da legitimidade da unidade cultural africana do seu pan-africanismo e abordagem federalista" (BARRY, 2000: 42).

Com os dados e fatos postos em questão, tratava-se, agora, de reescrever a História dos povos africanos, longe do binómio colonizador e colonizados, mantendo uma certa distância, mais que possível, da historiografia colonial, "exceto quanto esta poderia oferecer argumentos favoráveis à superioridade africana. É a História das interações e dos oprimidos, mas também de uma idílica e harmoniosa sociedade pré-coloniais" (LOPPES, 1995:26). Totalmente longe de lutas de classe ou de poder, uma história passou a se concentra mais nas mudanças, nas contribuições africanas, nas múltiplas resistências frente aos processos do colonialismo. História que tentou demonstrar que as civilizações ocidentais beberam da filosofia grega, a partir de empirismo egípcio, negro, que foram absorvidos por filósofos como Platão e Pitágoras (KI-ZERBO, 2000; LOPES, 1995).

Todavia, foi a partir da década de 1960 que a geração de historiadores, da pirâmide invertida, conseguiu a vitória proeminente da realização, com o patrocínio da UNESCO, de uma Coleção História Geral da África (HGA), apresentada como uma verdade Histórica do continente sobre uma proposta objetiva, honrada, rigorosa, antidogmática e, sobretudo com uma visão endógena, confirmada pela presença, majoritária, importante de africanos na sua elaboração. A fim de retirar

das “sombras e obscuridades que cercam o passado desse continente constituem um desafio apaixonante para a curiosidade” (KI-ZERBO:2010).

Portanto, “por essas razões, e pela honra da ciência, tornava-se importante que uma tomada de posição acima de qualquer suspeita fosse levada por pesquisadores africanos e não africanos, sob os auspícios da UNESCO e sob a autoridade de um conselho científico internacional e de coordenadores africanos”(KI-ZERBO:2010). Destarte, o gigantesco esforço na construção das coleções História Geral da África acabou por simbolizar não só a geração de 1960, pirâmide invertida, mas também uma geração de historiadores africanos que passaram conferir uma historicidade ao continente sem querer impor uma superioridade africana.

Considerações:

Este trabalho faz parte das análises, em construção, sobre a reescrita da história africana no século XXI e seus impactos nas comunidades afro-brasileiras. Ele é apenas um dos ganchos de perspectivas para as construções de uma epistemologia voltada para as hermenêuticas ‘africanas’ em face aos processos de descolonização e independências dos países do continente africano. A busca por uma história desvinculada dos pressupostos eurocêntricos passou a ser a linha de construção dos novos Estados, sobre tudo abaixo da linha do Saara, e ainda hoje se mantem atual e passível de investigações. Ressaltamos que este trabalho não está de tudo acabado e, sempre estará aberto para receber críticas e sugestões.

Referências

- APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai**. A África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- BÂ, Amadou. Hampâté Tradição Viva. In: **História Geral da África: Metodologia e Pré-História da África**. Vol. I. Brasília: Unesco, 2010, p. 167-212.
- _____. **Amkoulle, o menino fula**. Tradução de Xina Smith de Vasconcelos. – São Paulo: Palas Athenas; Casas das Áfricas, 2003.
- BARBOSA, Muryatan Santana. A África por ela mesma. A perspectiva africana na História Geral da África (UNESCO). Tese (Doutorado). São Paulo: Universidade de São Paulo — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2012.
- CHAM, Mbye. História oficial, memória popular: reconfiguração do passado africano nos filmes de Ousmane Sembène. **Projeto História**. Nº 44, jun. 2012, p. 295-303.
- CHANAIWA, D; KODJO.E. Pan-africanismo e libertação. In: MAZRUI, A. A.; WONDJ, C.(Ed). **A África desde 1935**. 2ª ed. Ver. Brasília: UNESCO, 2010.

- CHATTERJEE, Partha. Comunidade imaginada por quem? In: BALAKRISHNAN, Gopal; ANDERSON, Benedict (Orgs.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- NIANE, Djibril Tamsir. **Sundjata, ou A epopeia Mandinga**. Tradução: Oswaldo Biato. São Paulo: ÀTICA, 1982.
- HEGEL, J. G. F. **Lecciones sobre la filosofia de la historia universal**. Tomo I. 3ª ed. Buenos Aires: Revista de Occidente, 1946, p. 183-203.
- HOBBSAWM, Eric. Introdução. In: HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. (Org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012
- _____. **Sobre história**; tradução cid Knipel moreira. — São Paulo: companhia das Letras, 2013.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. - Salvador: EDUFBA, 2008.
- LOPES, Carlos. "A pirâmide invertida – historiografia africana feita por africanos". In: **Actas do colóquio Construção e ensino da história da África**. Lisboa: Linopazas, 1995. pp. 21-29
- KANE, Cheikh Hamidou. **Les Gardiens Du Temple**. Editeur: Stock, 2004.
- KI-ZERBO, Joseph. **História da África Negra I**, Lisboa: Publicações Europa-América. 2002.
- _____. Introdução. In: Id. (Ed.). **História Geral da África, I. Metodologia e Pré-História da África**. Brasília: UNESCO, 2010.
- _____. Introdução. In: SILVERIO, Valter Roberto. **Síntese da coleção História Geral da África : Pré-história ao século XVI** – Brasília: UNESCO, MEC, UFSCar, 2013
- MUDIMBE, Valentin Yves. **A invenção de África: Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento**. Mangualde (Portugal), Luanda: Edições Pedagogo; Edições Mulemba, 2013
- NIANE, Djibril Tamsir. **Sundjata, ou A epopeia Mandinga**: romance. Tradução: Oswaldo Biato. São Paulo: ÀTICA, 1982.
- OBENGA, T. Fontes e técnicas específicas da história da África – Panorama Geral In: **História Geral da África: Metodologia e Pré-História da África**. Vol. I. Brasília: Unesco, 2010, pp 59-75.
- _____. "A História da África em perspectiva" In: **Revista Múltipla**. Brasília 10 (16), 2004, pp. 9-40.
- SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**; tradução Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- SILVÉRIO, Valter Roberto. **Síntese da coleção História Geral da África: Pré-história ao século XVI** – Brasília: UNESCO, MEC, UFSCar, 2013.
- Guia da Coleção História Geral da África**. – Brasília: UNESCO, MEC, UFSCar, 201